

APRESENTAÇÃO

Elita Betania de Andrade Martins ¹

<https://orcid.org/0000-0003-0070-6380>

Sandra Fernandes Leite²

<https://orcid.org/0000-0002-9213-6508>

O presente dossiê, intitulado 'O Direito à Educação no Contexto de Conservadorismo e Disputas de Mercado', é composto por nove artigos que buscam trazer para o debate a concepção do direito à educação como um direito fundamental. O dossiê aborda o ambiente político e social, marcado nos últimos tempos por ideias conservadoras, e indica a existência de conflitos e competições entre diferentes atores no mercado.

A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu a educação como um dos direitos sociais, sendo dever do Estado promovê-la com a colaboração da sociedade (Artigo 205). A Constituição também estabelece que esse direito será efetivado mediante algumas garantias, dentre as quais se destaca a obrigatoriedade e gratuidade da Educação Básica para a faixa etária de 4 a 17 anos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria (Artigo 206).

Como forma de fortalecer ainda mais o compromisso das autoridades públicas com a garantia do direito à educação, a Lei Magna estabelece, no Artigo 214, a necessidade de um Plano Nacional de Educação (PNE) que proponha diretrizes e metas para a educação, com vigência de 10 anos. O atual PNE, aprovado em 2014 (Lei nº 13.005/2014), chega ao final de sua vigência em 2024, sem que as metas tenham sido plenamente cumpridas.

Pelo contrário, até regredimos em algumas delas. Por exemplo, a Meta 2, que estabelece 'universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE'. Conforme balanço produzido pelo movimento 'Campanha Nacional pelo Direito à Educação', 97,2% da população de 6 a 14 anos frequentava ou havia concluído o ensino fundamental em 2014. Em 2022, esse percentual diminuiu para 96,3%.

Parte desse insucesso no cumprimento das metas está ligada aos enormes desafios causados pela pandemia de Covid-19, que agravou ainda mais a discrepância e a exclusão em uma sociedade tão desigual como a brasileira. Nas palavras de Antunes (2020), as camadas populares viveram nesse período 'sob fogo cruzado'.

¹ Doutorado em Educação, Professora Adjunta da Faculdade de Educação/ PPGE/UFJF

² Doutorado em Educação; Professora Livre docente da Faculdade de Educação/ PPGE/ UNICAMP

Entretanto, o acesso à educação de qualidade tem sido pautado por uma lógica de desempenho e produtividade, decorrente das reformas educacionais implementadas no país a partir da década de 1990. Essas reformas são consequência do processo de reforma do próprio Estado brasileiro, que adequou suas estruturas às demandas do grande capital, materializando as ideias de uma orientação política, econômica e social denominada neoliberal.

Na década de 1990, acreditava-se que o pensamento neoliberal influenciaria apenas as ações do Estado no âmbito da economia, o qual passaria a se preocupar com o equilíbrio fiscal e deixaria de lado a área social, que passaria a ser “cuidada” pela iniciativa privada. Hoje, reconhece-se que o neoliberalismo produz certos tipos de relações e subjetividades. Como afirmam Dardot e Laval (2016):

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em uma luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (Dardot e Laval, 2016, p.16)

Nesta proposta de construção de uma nova subjetividade, os neoliberais acabam criando formas de controle da sociedade e, conseqüentemente, da escola. Buscam medir, mapear o que lá é desenvolvido. Nas palavras de Goodson (2014):

O controle é bem rígido, uma gaiola de ferro de controle neoliberal assegurando que nenhum tipo de conhecimento poluído, nenhum tipo de conhecimento radical, social, útil ou alternativo consiga entrar na sala de aula (Goodson, 2014, p.35)

Dentro de uma lógica estritamente gerencial, é capaz de “articular-se a ideologias estranhas à pura lógica mercantil sem deixar de ser a racionalidade dominante” (Dardot e Laval, 2016, p.387). Por essa razão, presenciamos o crescimento de movimentos neoconservadores que, aliados aos neoliberais, passam a querer “ditar” o que o currículo escolar pode ou não abordar.

Os textos desta edição buscam refletir sobre como essa aliança entre neoliberais e neoconservadores, que a princípio pode causar estranhamento — afinal, como pode aquele que defende a liberdade se associar àqueles que procuram cerceá-la? —, tem se ampliado e até se naturalizado, a ponto de ser comum ouvirmos indivíduos afirmarem serem 'liberais na economia e conservadores nos valores'. Para isso, esses grupos têm se infiltrado cada vez mais nas escolas, comprometendo o sentido da educação pública como um direito.

No primeiro texto, “Neoliberalismo, conservadorismo e o Movimento Homeschooling no Brasil”, Isabela Mallis Martinho de Araujo, Fabiana Barros de Martin e Luciane Muniz Ribeiro Barbosa abordam o *homeschooling*/educação domiciliar no Brasil, considerando-o como um movimento crescente que tem apresentado ameaças para a garantia do direito à educação para

todos. A partir de pesquisa, constatam que o movimento em prol da educação domiciliar no país cresceu e se fortaleceu por meio da difusão de ideias e propostas conservadoras, sobretudo durante o governo de Jair Bolsonaro, bem como pela presença dos princípios do neoliberalismo que atacam a educação pública.

Ângela Rocha dos Santos e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares abordam o direito à educação integral em um recorte no âmbito municipal da Região Metropolitana de Santarém no estado do Pará. Apresentam reflexões sobre o direito à educação integral diante da problemática de ameaça aos direitos sociais no contexto neoliberal, de conservadorismo e disputas de mercado, versus o direito social, humano e de cidadania no contexto amazônico.

A preocupação com o direito à educação está presente na realidade de outros países, como nos revela António Cipriano Parafino Gonçalves, no artigo intitulado “O Direito à Educação e a Extensão da Obrigatoriedade da Educação Básica em Moçambique”, analisa a efetividade da ampliação da obrigatoriedade da educação básica no país pesquisado, destacando os desafios impostos pela reforma educacional para assegurar o direito à educação básica até o nono ano escolar, e buscando garantir condições adequadas de aprendizado, permanência e conclusão do percurso escolar.

Lucas Barbosa Pelissari e Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento, no artigo “A influência do Neofascismo no novo Ensino Médio”, apresentam o resultado de uma pesquisa que objetivou situar a atual contrarreforma do ensino médio brasileiro no contexto ideológico do período 2016 - 2024, destacando a influência da ideologia neofascista. O artigo conclui que a anticiência constitui-se de elemento articulador entre o neofascismo e a recomposição do programa neoliberal no Brasil, verificando que o negacionismo científico encontra terreno fértil para se desenvolver no seio de um currículo centrado na Pedagogia das Competências, na ideologia do empreendedorismo e na fragmentação orientada pela oferta de itinerários formativos.

Carolina Machado D’Avila e Daniela Dos Santos Caetano, no artigo “Educação Básica no PNE: da elaboração da agenda à avaliação dos resultados”, trazem o foco para o planejamento educacional, destacando os diferentes instrumentos que partem da agenda de implementação e vão até a avaliação da política de Estado que objetiva consolidar. As autoras trazem o Plano Nacional de Educação vigente (2014 - 2024) como ponto para análise de sua implementação em um cenário de desencontros e incoerências no comando do governo federal.

Lucas Rodrigues Lopes, Andrea Silva Domingues e Breno de Campos Belém, no artigo “Formação de professores de inglês em Cametá: perspectivas neoliberais e (m) (Dis) curso”, discutem a formação de professores de língua e cultura inglesa em Cametá - PA. Como resultados apontados, eles apresentam as incidências discursivas neoliberais no modo como são concebidos os processos de ensino-aprendizagem dos discentes do curso de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Inglesa, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins / Cametá.

Denise Bianca Maduro Silva e Remi Castioni, no artigo “Os significados da evasão escolar na educação profissional pública e privada no Brasil”, apresentam as análises sobre a educação

profissional e a evasão escolar no ensino médio técnico. Destacam o papel dos gestores como autores-chaves para a compreensão dos debates presentes sobre a política educacional, com destaque para a política de educação profissional. Como parte das conclusões, revelam o terreno da política, os interesses do Estado, as prioridades e as disputas em jogo.

Elita Betania de Andrade Martins e Maria Zélia Maia de Souza, no artigo “O Sentido do Público e a Universidade Pública”, buscam apresentar, a partir do problema de pesquisa, o debate acerca do sentido público na Universidade Pública. O estudo demonstrou que a democratização da Universidade Pública criou condições de possibilidades para a implementação e consolidação da Política de Cotas, o que levou à ampliação do acesso e à permanência de discentes advindos dos setores mais vulneráveis da sociedade brasileira.

Mariana Brasil Galvão e Eduardo Magrone, no artigo “Acesso à Universidade Pública: contradições e estratégias familiares”, apresentam o resultado de uma pesquisa de mestrado que buscou apreender e interpretar como os estudantes de escolas públicas percebem a universidade pública. São apresentadas as estratégias e a gestão da escolaridade dos filhos de duas famílias sobre o ingresso no ensino superior.

Os artigos selecionados refletem, em suas diferentes pesquisas e abordagens, as disputas de mercado na educação e nas políticas educacionais. Ao percorrerem da Educação Básica à universidade, expõem, em diferentes contextos, as desigualdades sociais e educacionais. Trata-se de uma leitura importante para compreender as profundas mudanças que marcaram a educação brasileira recentemente.

O dossiê reuniu um grupo de pesquisadores atuando em diferentes áreas e regiões do país, o que evidencia a produção de conhecimento em um cenário de grandes desafios. Os artigos apresentam temas complexos que estão em constante mudança ou aguardando ajustes de rumo. É uma leitura necessária para o aprofundamento do conhecimento e a construção de um futuro mais justo e equitativo.